



NEWSLETTER

Informação nº 36

Janeiro de 2010

Índice

Resumo Fiscal/Legal – Dezembro de 2009	1
Operações de Cobertura – IAS 39 (Parte III)	2
O Uso de Confirmações Externas numa Auditoria às Demonstrações Financeiras	6
Revisores e Auditores	10

LEGISLAÇÃO FISCAL/LEGAL – DEZEMBRO DE 2009

Banco de Portugal – Aviso n.º 10/2009, de 23 de Novembro - Define o enquadramento regulamentar quanto às matérias relativamente às quais as instituições de pagamento ficam sujeitas à supervisão do Banco de Portugal.

Banco de Portugal – Aviso n.º 11/2009, de 23 de Novembro - Define regras técnicas e procedimentos relativos à protecção, pelas instituições de pagamento, dos fundos recebidos dos utilizadores de serviços de pagamento, com vista à aplicação do artigo 32.º do Regime Jurídico que regula o acesso à actividade das instituições de pagamento e a prestação de serviços de pagamento

Ministério das Finanças e da Administração Pública - Portaria n.º 1404/2009, de 10 de Dezembro - Nos termos do artigo 57.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, os sujeitos passivos devem apresentar, anualmente, uma declaração de modelo oficial relativa aos rendimentos do ano anterior. Esta Portaria procede à actualização do modelo da declaração Modelo n.º 3 e dos seus anexos, bem como as respectivas instruções de preenchimento, visando adaptá-lo às alterações legislativas resultantes, nomeadamente, da publicação da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro.

Ministério das Finanças e da Administração Pública - Portaria n.º 1416/2009, de 16 de Dezembro - Aprova o impresso da Declaração Modelo n.º 10 do IRS e do IRC e revoga a Portaria n.º 16-B/2008, de 9 de Janeiro. De referir que a Declaração Modelo n.º 10 destina-se a dar cumprimento à obrigação declarativa a que se referem as alíneas c) e d) do n.º 1 do artigo 119.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) e o artigo 128.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e por razões de clarificação e simplificação, mostra-se necessário proceder à adequação do modelo declarativo e respectivas instruções de preenchimento, aprovadas pela Portaria n.º 16-B/2008, de 9 de Janeiro.



NEWSLETTER

Informação nº 36

Janeiro de 2010

Assembleia da República - Resolução n.º 112/2009, 18 de Dezembro - Prorrogação do prazo da entrada em vigor do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.

Ministério das Finanças e da Administração Pública - Despacho n.º 26556-B/2009, de 07 de Dezembro - Renovação do aval ao Banco Privado Português, S. A.

Ministério das Finanças e da Administração Pública – Portaria nº 1426-A/2009, de 18 de Dezembro - Altera o Regulamento do Sistema de Indemnização aos Investidores, aprovado pela Portaria n.º 1266/2001, de 6 de Novembro.

Ministério das Finanças e da Administração Pública – Portaria nº 1426-B/2009, de 18 de Dezembro - Altera o Regulamento do Fundo de Garantia de Depósitos, aprovado pela Portaria n.º 285-B/95, de 19 de Setembro.

Ministérios das Finanças e da Administração Pública, do Trabalho e da Solidariedade Social e da Saúde - Despacho n.º 27283/2009, de 21 de Dezembro - Estabelece medidas excepcionais e por um período limitado no tempo que visam estender, apenas em situações de síndrome gripal, a possibilidade de certificação de incapacidade temporária para o trabalho a médicos de outras entidades e serviços.

Assembleia Da República - Lei n.º 118/2009, de 30 de Dezembro - Segunda alteração à Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2009).

OPERAÇÕES DE COBERTURA (PARTE III) – CONTABILIZAÇÃO DE COBERTURAS

A IAS 39 define três tipos de cobertura, designadamente a cobertura de justo valor, a cobertura de fluxos de caixa e a cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira.

O reconhecimento dos ganhos e perdas de um derivado, quando este é utilizado para cobrir activos ou passivos que se encontram mensurados ao custo, custo amortizado ou ao justo valor, ou para cobrir transacções futuras altamente prováveis ou compromissos firmes ainda não reconhecidos no Balanço, depende do tipo de cobertura utilizado. Atendendo às divergências que possam surgir entre o momento em que os ganhos ou perdas do instrumento de cobertura e do instrumento coberto são reconhecidos, a contabilidade de cobertura procura coincidir o momento do reconhecimento dos ganhos e perdas de tais instrumentos, reconhecendo-os em resultados no mesmo período.

Cada tipo de cobertura apresenta características específicas de contabilização das variações do justo valor ou fluxos de caixa.



NEWSLETTER

Informação nº 36

Janeiro de 2010

Salientamos que nas *Newsletters* n.º 33 e 34, introduzimos algumas noções inerentes à contabilidade de cobertura, assim como efectuámos o enquadramento dos requisitos e testes de eficácia necessários para contabilizar uma operação como de cobertura. Nesta *Newsletter* apresentamos o tratamento contabilístico para cada tipo de cobertura, assim como as divulgações que devem ser efectuadas no âmbito da contabilidade de cobertura.

Tratamento Contabilístico

Cobertura de Justo Valor

A cobertura de justo valor prende-se com a cobertura da exposição às variações no justo valor de um activo ou passivo reconhecido, de um compromisso firme não reconhecido, ou de uma parte identificável daqueles activos, passivos ou compromissos firmes, que pode ser atribuível a um risco particular e que terá impacto nos resultados da empresa.

A cobertura do risco de preço (cotação) de um investimento em acções através da compra de opções de venda sobre as acções, bem como a cobertura do risco de taxa de juro de um empréstimo contraído a taxa fixa utilizando um *swap* de taxa de juro, são exemplos de coberturas de justo valor.

Neste tipo de cobertura os ganhos ou perdas da remensuração do instrumento de cobertura ao justo valor (instrumento financeiro derivado) ou da componente denominada em moeda estrangeira (instrumento financeiro não derivado) devem ser reconhecidos em resultados, e os do instrumento coberto atribuíveis ao(s) risco(s) coberto(s) devem ser ajustados ao valor de balanço do activo ou passivo coberto e ser reconhecidos em resultados (caso o instrumento coberto seja mensurado pelo custo).

Se o instrumento coberto se encontrar registado ao justo valor, as variações no seu justo valor associadas a riscos não cobertos deverão ser contabilizadas de acordo com os critérios definidos para a classe do instrumento coberto. Caso se encontre registado ao custo amortizado, a entidade deverá continuar a efectuar a amortização segundo o método do custo amortizado referente aos riscos não cobertos e os ajustamentos do justo valor associados aos riscos cobertos devem ser amortizados, o mais tardar, a partir do momento em que a cobertura seja descontinuada, devendo estar totalmente amortizados à data de maturidade do instrumento.

Importa ainda salientar o seguinte: (i) se for designado um compromisso firme não reconhecido como instrumento coberto, a variação no seu justo valor atribuível ao risco coberto deve ser reconhecida como um activo ou passivo com um ganho ou perda correspondente registado em resultados, sendo as variações do justo valor do instrumento de cobertura registadas igualmente em resultados; e (ii) se for celebrado um compromisso firme para comprar um activo ou assumir um passivo, deve ser ajustado o valor inicial do activo ou passivo que resulta do compromisso de forma a incluir a variação acumulada atribuída ao risco coberto que foi reconhecida no balanço.



NEWSLETTER

Informação nº 36

Janeiro de 2010

A descontinuação da contabilização de cobertura de justo valor deve ser efectuada de forma prospectiva e nas seguintes situações: (i) o instrumento de cobertura expirou, foi vendido ou terminou; (ii) a cobertura não cumpre os requisitos para contabilidade de cobertura; ou (iii) a entidade revoga a designação.

Se a cobertura for descontinuada, o instrumento coberto deve voltar a ser contabilizado de acordo com o disposto para a classe de investimento em que se enquadra (disponível para venda, detido até à maturidade, etc.) e o instrumento de cobertura deve ser registado como negociação (caso seja um derivado) ou de acordo com o tipo de classificação do instrumento (caso seja um não-derivado).

No caso da cobertura se manter até à maturidade do instrumento coberto, não será necessário proceder a qualquer amortização uma vez que, na maturidade, o justo valor do instrumento será igual ao valor de reembolso.

Cobertura de Fluxos de Caixa

A cobertura de fluxos de caixa respeita à cobertura da exposição a variações nos fluxos de caixa que é atribuível a um risco particular associado com um activo ou passivo reconhecido ou com uma transacção futura altamente provável e que afectará os resultados da empresa.

Constituem exemplos de operações de cobertura de fluxos de caixa a utilização de um contrato de futuros para cobrir uma compra futura de mercadorias, quando a empresa receia um aumento no preço das mercadorias que pretende adquirir, assim como a contratação de um *swap* de taxa de juro para fixar os juros a pagar num empréstimo a taxa variável, quando se prevê aumentos da taxa de juro variável.

Neste tipo de cobertura, os ganhos ou perdas do instrumento de cobertura que seja determinada como uma cobertura eficaz devem ser reconhecidos directamente no capital próprio, sendo reclassificados para resultados no mesmo período em que o instrumento coberto gerar resultados. A parte ineficaz dos ganhos ou perdas do instrumento de cobertura deverá ser reconhecida imediatamente em resultados, se em termos absolutos a variação do justo valor do instrumento de cobertura for superior à variação do justo valor dos fluxos de caixa cobertos, ou manter-se em capitais próprios se for inferior (não existe ineficácia).

No caso de operações de cobertura de uma transacção futura, importa ter em consideração se a transacção irá resultar no reconhecimento de um activo ou passivo financeiro ou no reconhecimento de um activo ou passivo não financeiro. No primeiro caso, o valor dos ganhos ou perdas que tenha sido registado no capital próprio, apenas deve ser reconhecido nos resultados quando o activo adquirido ou o passivo assumido afectar os resultados, com excepção das situações em que a entidade tenha a expectativa de que toda ou parte da perda registada no capital próprio não será recuperada em períodos futuros, devendo a perda irrecuperável ser reclassificada de imediato para resultados.

Por sua vez, nas situações em que a transacção futura resultar no reconhecimento de um activo ou passivo não financeiro, a entidade pode escolher entre ajustar a

**Oliveira Rego e Associados,
SROC**

Av. Praia da Vitória, 73 – 2º
Esq. (Saldanha)
1050-183 Lisboa - Portugal
Telefone: +351 21 315 97 59
Fax: +351 21 315 99 36
E-mail: info@oliveirarego.pt
www.oliveirarego.pt



NEWSLETTER

Informação nº 36

Janeiro de 2010

valorização inicial do activo ou passivo com as perdas ou ganhos do instrumento de cobertura, retirando-as do capital próprio, ou manter os ganhos ou perdas no capital próprio e reconhecê-los em resultados quando o activo ou passivo não financeiro afectar os resultados, com excepção das situações em que a entidade tenha expectativas de que as perdas não sejam recuperadas (reconhecimento imediato em resultados). Seja qual for a opção tomada pela entidade, esta terá de ser aplicada de forma consistente a todas as operações de cobertura desse tipo.

A descontinuação da contabilização de cobertura de fluxos de caixa deve ser efectuada de forma prospectiva e nas seguintes situações: (i) o instrumento de cobertura expirou, foi vendido ou terminou; (ii) a cobertura não cumpre os requisitos para contabilidade de cobertura; (iii) não é expectável que a transacção futura ocorra ou a transacção futura deixou de ser altamente provável; ou (iv) a entidade revoga a designação.

Em todas as situações anteriormente identificadas, com excepção da referida na alínea (iii), os ganhos ou perdas acumulados do instrumento de cobertura inicialmente registados em capitais próprios devem permanecer nesta rubrica até ao momento em que a transacção coberta afectar resultados. Nas situações em que não é expectável que a transacção futura ocorra ou que tenha deixado de ser altamente provável, as perdas ou ganhos acumulados em capitais próprios devem ser reconhecidos de imediato em resultados.

Cobertura de um Investimento Líquido numa Unidade Operacional Estrangeira

Este tipo de cobertura respeita à cobertura da participação da entidade nos activos deduzidos dos passivos da entidade estrangeira, como por exemplo a cobertura do risco cambial de um investimento no capital de uma empresa denominado em moeda estrangeira. Deve ser contabilizado de forma semelhante às coberturas de fluxos de caixa.

Deste modo, os ganhos ou perdas resultantes do instrumento de cobertura que seja determinada como uma cobertura eficaz devem ser reconhecidos no capital próprio até à alienação do investimento. A ineficácia da cobertura deve ser reconhecida imediatamente nos resultados do período. No momento da venda do investimento, os ganhos/perdas acumulados em capitais próprios são transferidos para resultados.

Divulgações

A IFRS 7 estabelece um conjunto de divulgações que devem ser efectuadas pelas entidades nas suas demonstrações financeiras, relacionadas com a contabilidade de cobertura.

Para cada tipo de cobertura, deve ser divulgado separadamente uma descrição da cobertura, dos instrumentos financeiros escolhidos como instrumentos de cobertura e os seus justos valores à data de relato, assim como a natureza dos riscos a serem cobertos.



NEWSLETTER

Informação nº 36

Janeiro de 2010

Em termos de ineficácia as entidades devem divulgar separadamente a ineficácia reconhecida nos resultados decorrente das coberturas de fluxos de caixa e das coberturas de investimentos líquidos em entidades estrangeiras.

Nas coberturas de justo valor devem ser divulgados separadamente os ganhos ou perdas sobre o instrumento de cobertura e o item coberto. No que respeita às coberturas de fluxos de caixa, deve ser divulgado: (i) os períodos em que se espera que ocorram os fluxos de caixa e quando se espera que venham a afectar resultados; (ii) uma descrição das transacções futuras relativamente às quais tenha sido previamente utilizada a contabilidade de cobertura, mas que já não se espera que ocorram; (iii) a quantia reconhecida no capital próprio durante o período; (iv) a quantia que foi removida do capital próprio e incluída nos resultados do período, indicando a quantia incluída em cada linha de item da demonstração dos resultados; e (v) a quantia que foi removida do capital próprio durante o período e incluída nos custos iniciais ou outra quantia escriturada de um activo não financeiro ou de um passivo não financeiro, cuja aquisição ou ocorrência seja uma transacção futura altamente provável.

- Cláudia Reis -

Bibliografia

- *Normas Internacionais de Relato Financeiro (2004), Norma Internacional de Contabilidade 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração;*
- *Normas Internacionais de Relato Financeiro (2004) – Guia de Implementação da IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração;*
- *Norma Internacional de Relato Financeiro 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações;*
- *MORAIS, Ana Isabel, LOURENÇO, Isabel Costa (2005), “Aplicação das Normas do IASB em Portugal”, Publisher Team, Lisboa.*

O USO DE CONFIRMAÇÕES EXTERNAS NUMA AUDITORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O IAASB (*International Auditing and Assurance Standards Board*) emitiu em Novembro de 2009 um Alerta de Práticas de Auditoria (ver nota 1), o qual evidencia várias questões relacionadas com situações/práticas emergentes que possam afectar a prova de auditoria obtida através de pedidos de confirmação externa.

Na verdade, os pedidos de confirmação externa podem ser muito eficazes na obtenção de prova de auditoria apropriada, mas para que tal aconteça o auditor deverá conceber e controlar um processo adequado, o qual deverá acautelar várias questões que poderão afectar a relevância e a credibilidade da prova de auditoria obtida por este meio.

Face ao exposto, o alerta referido evidencia aspectos que deverão ser considerados pelo auditor, quanto à decisão de solicitar confirmações externas, aos



NEWSLETTER

Informação nº 36

Janeiro de 2010

procedimentos adoptados para o efeito e à avaliação das respostas obtidas, nomeadamente no que respeita à crescente exposição às seguintes situações:

- Possibilidade de fraude no processo de confirmação;
- Circunstâncias em que os procedimentos de confirmação externa podem não proporcionar prova de auditoria suficiente e apropriada;
- Uso de tecnologia no processo de confirmação;
- Escusas e outras restrições a respostas de confirmação.

Possibilidade de fraude no processo de confirmação

O procedimento de confirmação externa poderá desempenhar um papel importante na detecção de fraudes, quando devidamente usado. No entanto, casos recentes de grandes fraudes empresariais puseram em evidência a necessidade de o auditor estar alerta para a possibilidade de receber de uma outra entidade uma resposta fraudulenta, a qual poderá estar relacionada com o facto de a entidade circularizada não ser, por si só, uma entidade isenta.

Por outro lado, no actual ambiente económico, em que muitas entidades se deparam com grandes desafios respeitantes à sua rentabilidade/capacidade de sobrevivência, o risco de relato financeiro fraudulento tende a aumentar. Tal risco ganha ainda maior preponderância em situações em que a entidade circularizada é uma entidade relacionada ou economicamente dependente da entidade em análise. Assim, ao avaliar a credibilidade de uma resposta a uma confirmação, poderá ser importante o auditor estar alerta para as circunstâncias da entidade e do seu meio ambiente.

Outra circunstância particular em que o auditor deverá estar alerta será para a eventualidade de receber resposta fraudulenta referente a confirmação acerca de activos de uma entidade que é não só depositária mas também gestora dos mesmos, pelo que a falta de segregação de funções entre a custódia e a gestão de activos pode constituir um factor de risco de fraude no processo de confirmação.

O alerta para a possibilidade de fraude ganha ainda maior relevância nos casos em que a confirmação externa constitui a principal prova de auditoria de um item material das demonstrações financeiras, particularmente se o item em si é susceptível de fraude.

Nas situações referidas, o auditor deverá, portanto, executar procedimentos adicionais ou alternativos que lhe permitam minorar o risco, de acordo com a ISA 505.

O auditor deverá ainda estar atento no tratamento de respostas, nomeadamente no que respeita a alterações significativas no número ou correcção de respostas a pedidos de confirmação quando comparados com auditorias anteriores, ou à



NEWSLETTER

Informação nº 36

Janeiro de 2010

ausência de resposta quando tal não é expectável, uma vez que tais situações poderão ser reveladoras de fraude. Assim, em tais casos, poderá haver necessidade de os riscos avaliados de distorção material ao nível da asserção serem revistos, e modificados os procedimentos de auditoria planeados, de acordo com a ISA 315.

Circunstâncias em que os procedimentos de confirmação externa podem não proporcionar prova de auditoria suficiente e apropriada

A ISA 505 enfatiza que a concepção de um pedido de confirmação envolve a consideração das asserções a serem tratadas e que a prática de potenciais entidades circularizadas no tratamento do pedido de confirmação é um factor a ter em conta na decisão de usar confirmações externas. Assim, um pedido de confirmação pode não ser, necessariamente, a forma mais apropriada face ao risco avaliado de distorção material respeitante a uma asserção específica.

Existem casos em que as entidades circularizadas podem não estar dispostas ou ser relutantes a confirmar informação relevante com base na confidencialidade perante o cliente ou por razões concorrenciais. Um exemplo desta situação é a obtenção de prova de auditoria respeitante a alguns tipos de investimento tais como fundos de cobertura (*hedge funds*), fundos de acções, os chamados “fundos de fundos” que investem em fundos de cobertura, e investimentos em parcerias limitadas. Assim, face a tais circunstâncias, pode tornar-se necessário executar procedimentos de auditoria adicionais ou alternativos, podendo ser possível, por exemplo, a discussão com o gestor de investimento/consultores de investimento externos/outros, conhecer o processo pelo qual os investimentos relevantes são valorizados e tentar, de forma independente, estimar a valorização desses investimentos usando dados de terceiros e outra informação relevante.

A ISA 505 indica ainda que um factor adicional ao decidir sobre o uso das confirmações externas é o relativo às características do ambiente em que a entidade opera. Assim, o actual ambiente económico poderá determinar que algumas entidades sejam levadas a responder menos do que anteriormente, o que implica a execução de procedimentos alternativos ou adicionais para obter prova de auditoria suficiente e apropriada nas circunstâncias.

Uso de tecnologia no processo de confirmação

No sentido de tornar o processo de confirmação externa eficiente e eficaz, os auditores estão cada vez mais a confiar na tecnologia para obter confirmações externas. Apesar da ISA 505 não excluir o uso desse meio de obtenção de prova de auditoria, o auditor deverá estar ciente que este meio poderá dar origem a novos riscos de que as respostas possam não ser fiáveis, uma vez que a prova de origem e de autoridade dos circularizados pode ser difícil de estabelecer.

Assim, se o auditor tiver dúvidas quanto à fiabilidade da confirmação electrónica pode ser possível verificar a fonte e conteúdo da resposta contactando a entidade em causa, podendo ser apropriado: i) telefonar ao circularizado para determinar se aquele enviou de facto a resposta; ii) pedir à entidade que envie pelo correio, directamente para o auditor a confirmação original; iii) pedir à entidade que



NEWSLETTER

Informação nº 36

Janeiro de 2010

responda de novo por escrito directamente para o auditor, no caso de a resposta ser recebida indirectamente (por exemplo, no caso de a entidade circularizada endereçar, incorrectamente, à entidade em análise em vez de ao auditor).

Podem ainda ser usadas variadas técnicas para validar a identidade do remetente da informação electrónica e a sua autorização para confirmar a informação pedida, nomeadamente o uso de encriptação de dados, assinaturas digitais electrónicas e procedimentos para verificar a autenticidade da fonte (site/server), podem melhorar a segurança do processo de confirmação electrónica.

Escusas e Outras Restrições a Respostas de Confirmação

Os auditores têm constatado um número crescente de casos em que os circularizados incluem escusas/recusas e outras restrições às respostas a uma confirmação, tais como: i) “A informação é obtida de fontes de dados electrónicos, que podem não conter toda a informação na posse do circularizado”; ii) “Não é garantido que a informação seja rigorosa nem actual e pode ser uma questão de opinião”; iii) “O destinatário pode não confiar na informação constante da confirmação.”

A ISA 505 refere que um factor adicional que afecta a credibilidade das confirmações externas existe sempre que sejam incluídas quaisquer restrições nas respostas. Assim, quando o efeito prático da linguagem restritiva for difícil de certificar nas circunstâncias particulares, o auditor pode considerar apropriado procurar clarificação a partir do circularizado ou procurar aconselhamento jurídico (ou, nota nossa, através da mediação da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas).

Se a linguagem restritiva limitar a extensão até à qual o auditor pode confiar nas respostas de confirmação como prova de auditoria, pode ser necessário executar procedimentos de auditoria adicionais ou alternativos (caso não seja possível, estamos na presença de uma limitação de âmbito ao nosso trabalho).

- Luísa Galante -

Nota: Este alerta não derroga nem altera as ISAs em vigor, nomeadamente a ISA 505 que aborda as confirmações externas.

Bibliografia:

- *ISA 505 – International Standard on Auditing 505 – External Confirmations Contents;*
- *Alerta de Práticas de Auditoria emitido pelos IAASB em Novembro/2009 (http://www.oroc.pt/fotos/editor2/tecnico/2009/Confir_extert_Gastambide_rev_omf.pdf)*

Oliveira Rego e Associados, SROC

Av. Praia da Vitória, 73 – 2º
Esq. (Saldanha)
1050-183 Lisboa - Portugal
Telefone: +351 21 315 97 59
Fax: +351 21 315 99 36
E-mail: info@oliveirarego.pt
www.oliveirarego.pt



NEWSLETTER

Informação nº 36

Janeiro de 2010

REVISORES E AUDITORES

A última Newsletter da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, divulgada em Dezembro de 2009, aborda as seguintes matérias que consideramos de interesse:

- **O uso de confirmações externas numa auditoria de demonstrações financeiras** - O Pessoal Técnico do *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB) emitiu em Novembro último, um Alerta de Práticas de Auditoria para pôr em evidência uma variedade de questões relacionadas com as práticas emergentes que possam afectar a prova de auditoria obtida através de pedidos de confirmação externa. Este alerta não derroga nem altera as ISA em vigor, nomeadamente a ISA 505 que aborda as confirmações externas. Trata-se de um documento auxiliar abordando muitas situações mas que não é exaustivo e, por isso, a sua leitura não substitui a leitura das ISA quando apropriado (ver desenvolvimento deste assunto na presente ORA Newsletter).
- **Documento de orientação sobre a cooperação entre autoridades competentes na UE relativamente à supervisão dos auditores** - O EGAOB emitiu, a 8 de Dezembro de 2009, um documento de orientação que estabelece uma abordagem comum para a cooperação entre as autoridades competentes dos Estados Membros relativamente à supervisão das firmas de auditoria e respectivos auditores dentro da Europa conforme exigido pela 8ª Directiva.
- **Imparidade de activos financeiros** - O EFRAG, em conjunto com a FEE, emitiu, em resposta à recente crise financeira, um estudo sobre a imparidade de activos financeiros denominado “Imparidade de Activos Financeiros – Modelo de Perda Esperada” que tem como objectivo dar orientação adicional aos interessados para um melhor entendimento e análise das novas propostas sobre a imparidade elaboradas pelo IASB.
- **Orientação sobre a extinção de passivos financeiros através de instrumentos de capital próprio** - A IFRIC, do IASCF, emitiu no passado dia 26 de Novembro a IFRIC 19 – Extinguir Passivos Financeiros através de Instrumentos de Capital Próprio, que visa clarificar os requisitos das IFRS quando uma entidade renegoceia os termos de um passivo financeiro com o seu credor e este aceita acções da sociedade ou outros instrumentos de capital próprio para liquidar o passivo financeiro.
- **IFRS 9 sobre Instrumentos Financeiros** - O IASB emitiu, no passado dia 12 de Novembro, uma nova Norma Internacional de Relato Financeiro sobre a classificação e mensuração de activos financeiros. Esta publicação representa a primeira parte de um projecto de três fases que visa substituir a IAS 39 sobre o mesmo tema.